



BALANÇO

Reitora analisa dois anos de gestão, trata de temas polêmicos, como a Ebserh, e fala sobre o desafio de administrar a UFRJ na pandemia

Página 4



ELEIÇÕES À VISTA

Assembleia definiu datas e formato para a sucessão na AdUFRJ. A votação ocorrerá entre os dias 13 e 15 de setembro. Pela primeira vez em 42 anos, a disputa será virtual. Por 125 votos a 30, os docentes rejeitaram o sistema telepresencial e decidiram que os eleitores receberão senha e um link por e-mail para votar. Todos os sindicalizados podem votar desde que estejam filiados até a próxima terça-feira (13). “Todo o nosso esforço será ampliar a votação e fortalecer o sindicato nesse momento tão importante do país”, resumiu a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller.

Página 3

Janine defende papel de vanguarda da SBPC em defesa da Ciência, da ética e da vida

Em entrevista exclusiva, o presidente eleito da SBPC, Renato Janine Ribeiro, fala sobre os desafios da entidade frente aos ataques do governo Bolsonaro

Página 6

Vem aí a Festa do Conhecimento

Festival do Conhecimento começa na segunda-feira, 12, com mais de mil atividades nas mais diversas áreas

Página 5



Projeto comprova eficácia das usinas fotovoltaicas flutuantes para o semiárido

Tese de doutorado submetida à Coppe mostra que equipamentos podem gerar energia e reduzir a evaporação de água em açudes da região que é símbolo da seca

Página 7

EDITORIAL

BALANÇA... E CAI?

DIRETORIA

Na esteira de mais uma rodada de grandes manifestações contra o governo federal – que, ao que tudo indica, estava mais preocupado com o bem-estar do vírus Sars-Cov-2 do que com o da população brasileira –, tivemos mais uma semana atribulada para o presidente. Na segunda-feira, dia 5, tivemos a divulgação de áudios da ex-cunhada de Bolsonaro, Andrea Siqueira Valle, dizendo com todas as letras o que todos nós já sabíamos e que agora se tornou inegável: o “OI” é o comandante do infame esquema de “rachadinhas” que permeia a família inteira. Além disso, tivemos na quarta-feira, dia 7, a primeira prisão de um depoente na CPI da Covid: Roberto Dias, ex-diretor de logística (sempre ela) do Ministério da Saúde, implicado pelo cabo da Polícia Militar Luiz Paulo Domingueti em denúncia de propina no valor de R\$ 2 bilhões. E agora?

Bom, primeiro convém uma hierarquização dos fatos. A prática de “rachadinhas”, tão desprezível quanto seja, está no banco de trás agora. Mesmo levando-se em conta que os milhões de reais amealhados pela família Bolsonaro demonstram cabalmente que essa Bratva à brasileira jamais se incomodou um iacto com a prática de corrupção; a negociação de propina na compra de vacinas, no meio de uma pandemia que já levou mais de 500 mil brasileiros, é algo tão repugnantemente desumano que toma absoluta

precedência. Para que fique claro: estamos falando de pessoas que, enquanto morriam brasileiros aos milhares, se recusaram a adquirir vacinas de instituições com representação no Brasil para então serem “forçadas” a recorrer a intermediários com os quais pudessem conectar os propinodutos. Ou seja, não era “apenas” negacionismo, isso era só o molho. A refeição mesmo estava sendo preparada pelo chef Ricardo Barros, com aval do dono do restaurante.

Tais escândalos estão fazendo efeito: pesquisas recentes mostram um Bolsonaro mais impopular do que nunca, com sua rejeição chegando aos 50%. O patético bufão não deu um pio desde que apareceram as denúncias envolvendo superfaturamento na compra da vacina Covaxin, há quase duas semanas, e está claramente acuado. Ainda assim, a rota para a sua queda é tortuosa. Conforme ilustrou a ridícula nota assinada pelo ministro da Defesa, General Walter Braga Neto, e os comandantes das Forças Armadas contra o presidente da CPI, senador Omar Aziz, Bolsonaro ainda controla os militares na rédea curta. Some-se a isso o fato de que o governo “abriu a carteira” para o Centrão e, por isso, conta com o apoio dos pusilânimes chefes das duas casas, deputado Arthur Lira e senador Rodrigo Pacheco, e mais o apoio de setores que lucram com, por exemplo, a agressiva postura antiambientalista do Brasil, e temos uma conjunção de forças plenamente capaz de segurar um mandatário criminoso no poder. Por outro lado, se o impeachment parecia uma impossibilidade há menos de um mês, hoje ele já está acima da linha do horizonte. Jair Bolsonaro começou a balançar. Temos agora de fazer a nossa parte, e empurrar para o lado certo.

UFRJ MAIS JUSTA NA PANDEMIA

Diversos temas mobilizaram o Conselho Universitário do dia 8, em duas sessões seguidas. Na primeira, destaque para a aprovação de uma resolução que beneficia professores e técnicos responsáveis pelo cuidado com outras pessoas, durante a pandemia. Na segunda, que modificou o estatuto da UFRJ, houve a criação do Centro Multidisciplinar no campus Macaé.

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrrj.org.br

PARENTALIDADE E EQUIDADE DE GÊNERO

O conselho flexibilizou as atividades de ensino e trabalho remoto para estudantes e servidores que exercem papel de cuidador ou cuidadora na família. A medida beneficia, sobretudo, as mulheres sobrecarregadas pela dupla jornada durante a pandemia. A resolução contempla responsáveis pelo “bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer” de crianças com 12 anos ou menos, de pessoas da terceira idade, com deficiência ou com transtorno mental. E que estejam sem rede de apoio tais como, escolas, creches e serviços afins. Segundo o texto aprovado, a condição de cuidador ou cuidadora “deverá ser expressa mediante autodeclaração encaminhada para a chefia imediata” para pactuação de um horário espe-

cial. Além disso, “caso necessário, em situações de eventuais divergências entre as partes, caberá recurso à instância administrativa imediatamente superior”.

VIVA UFRJ APRESENTA RESULTADO PRELIMINAR

Criado para exploração econômica dos ativos imobiliários da universidade, o polêmico projeto Viva UFRJ reapareceu no Consuni. O professor João Carlos Ferraz, do Instituto de Economia e integrante do GT que assessorava a reitoria na iniciativa, apresentou a situação atual do Viva. O docente ressaltou que uma das motivações para a empreitada, em parceria com o BNDES, é a conjuntura orçamentária. Segundo Ferraz, independentemente de governo, nada indica que haverá o financiamento externo necessário para o investimento em infraestrutura da UFRJ. No momento, o projeto está em fase final de avaliações do uso das áreas da UFRJ. Estão sendo estudados terrenos na Cidade Universitária, na Praia Vermelha e um prédio tombado da universidade na Praça da República. Em

seguida, a universidade precisará decidir quais atividades poderão (ou não) ser autorizadas nesses locais e que contrapartidas serão exigidas. Na fase final, haverá as licitações e rodadas de negócio com as empresas interessadas. O vice-reitor, Carlos Frederico Rocha, considerou que o Viva UFRJ “é uma ferramenta de planejamento importante que permite à universidade chegar até o final do processo e às licitações, caso assim desejar”. Mas, destacou que o projeto será avaliado pelas instâncias decisórias da universidade. Segundo o vice-reitor, a contribuição do Viva UFRJ também será remetida e adequada ao debate do Plano Diretor da universidade.

NOVO ENSINO MÉDIO

A universidade é contra a extinção da obrigatoriedade do ensino de Química, Física e Biologia no ensino médio. O Consuni manifestou preocupação em relação à proposta da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de tornar as disciplinas opcionais, a partir do projeto “Novo Ensino Médio” do MEC.

DEMISSÃO DE DIRETORA DA ATTUFRJ REVOLTA COMUNIDADE

■ A demissão de cinco funcionários da limpeza no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza ganhou ampla repercussão no Conselho Universitário desta quinta-feira, dia 8. Existe a suspeita de perseguição política, já que, entre os dispensados, está Luciana Calixto, uma das diretoras da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Attufrrj). A AdUFRJ solidarizou-se com os trabalhadores e cobrou explicação urgente sobre as demissões. A suspeita de perseguição política é reforçada pelo fato de não ter havido cortes no contrato com a empresa que assumiu a limpeza do CCMN, como explica uma nota da própria Attufrrj, disponível no site da AdUFRJ. A Attufrrj acrescenta que Luciana trabalhava nas dependências do Instituto de Geociências, vinculada ao CCMN, há mais de uma década. Durante o Consuni, a reitora Denise Pires de Carvalho manifestou solidariedade com os funcionários demitidos, mas esclareceu que a administração central não pode interferir nas decisões de uma empresa terceirizada. “Ela decide quem contrata ou não. Nós não podemos direcionar a contratação de pessoas, sob pena de respondermos judicialmente”. A dirigente, no entanto, ressaltou que a denúncia de perseguição política deve ser apurada e convidou a Attufrrj e demais entidades representativas interessadas para uma reunião sobre o tema.



Eleição para diretoria da AdUFRJ será virtual

> Votação para a Diretoria e o Conselho de Representantes do sindicato ocorre entre os dias 13 e 15 de setembro. Eleitores receberão email com senha e o link do site onde vão marcar suas opções

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

► Pela primeira vez na história da AdUFRJ, os professores vão eleger uma diretoria e um Conselho de Representantes do sindicato por meio eletrônico. O formato e o cronograma do pleito foram definidos na assembleia geral desta sexta-feira, dia 9. As eleições ocorrem entre os dias 13 e 15 de setembro. “Todo o nosso esforço será ampliar a votação e fortalecer o sindicato nesse momento tão importante do país”, resumiu a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller.

Os eleitores receberão uma senha e o link para o site onde vão marcar suas opções. O método, defendido pela diretoria, foi aprovado por 125 docentes contra 30 que queriam a votação pelo modelo telepresencial. No modelo rejeitado pela assembleia e apoiado por integrantes da oposição, a pessoa precisaria se identificar, via webcam, em uma seção eleitoral virtual, antes de votar. Houve, ainda, uma abstenção.

O colégio eleitoral será constituído por todos os filiados até 13 de julho. As chapas candidatas à Diretoria devem ser inscritas junto à secretaria da AdUFRJ até 12 de agosto. Já as listas de candidatas ao Conselho de Representantes têm mais tempo: deverão se inscrever até 2 de setembro.

“Temos os limites das datas dados pelo regimento. Nossa proposta é que não haja alteração”, explicou a professora Eleonora Ziller, presidente da AdUFRJ, logo no início da assembleia. A novidade do edital de convocação das eleições deste ano é a informação de que o processo se dará de forma remota. “Como está ocorrendo na

universidade e como ocorreu no próprio Andes”, completou, em referência à eleição do Sindicato Nacional, no fim do ano passado. Eleonora ressaltou ainda que o procedimento de filiação à AdUFRJ se tornou mais fácil. Basta seguir as orientações que constam do site da entidade, na aba “Filie-se”.

A grande polêmica da reunião girou em torno do método de eleição eletrônico.

O professor José Miguel Bendor Saldanha, da Escola Politécnica, defendeu o método telepresencial utilizado na votação do Andes. “Se você não tem a confirmação telepresencial, e estamos enfrentando esse mesmo problema na avaliação dos alunos no ensino remoto, é impossível garantir que o link não foi transferido”, disse. “Uma pessoa pode votar por outra”, criticou.

“Não vai ser o método que vai definir a vitória, mas o método vai definir a possibilidade de engajamento. O do Andes é quase meia hora para conseguir votar, apresentar identidade... É um sistema feito para a vanguarda eleger a direção”, rebateu o professor Eduardo Raupp, do Coppead, ex-vice presidente da AdUFRJ. “A gente precisa de um sistema que facilite as coisas, que permita uma elei-



“Todo o nosso esforço será ampliar a votação e fortalecer o sindicato nesse momento tão importante do país”

ELEONORA ZILLER
Presidente da AdUFRJ



CRONOGRAMA DA ELEIÇÃO

■ Prazo para sindicalizados estarem aptos a votar: **até 13 de julho**

■ Prazo para inscrição de chapas para a diretoria: **até 12 de agosto**

■ Prazo para inscrição de listas para o Conselho de Representantes: **até 2 de setembro**

■ O número de representantes em cada Unidade dependerá do número de sindicalizados da Unidade. As que possuem **até 60 sindicalizados** têm direito a um representante; **de 61 a 120 sindicalizados**, dois representantes; e **mais de 120 sindicalizados**, três. Todos são escolhidos apenas pelos colegas da respectiva unidade.

■ Votação: **13 a 15 de setembro**

ção massiva”, completou. Para Raupp, a proposta da diretoria reforça a democracia e fortalece o sindicato para enfrentar a conjuntura política complicada dos próximos meses.

O professor Felipe Rosa, vice-presidente da AdUFRJ, também avaliou a eleição remota do Andes de forma muito negativa: “Foi muito pouco transparente. Os mesários caíram toda hora e não conseguiram voltar. Várias mesas funcionaram com mesários trocados. Teve gente da UFRJ que votou em Brasília, pois o sistema redirecionou para lá”, afirmou. “E um conjunto não desprezível de professores demorou muito para votar”.

Josué Medeiros, cientista político e diretor da AdUFRJ, citou que a universidade tem realizado eleições remotas institucionais fora do modelo telepresencial. “O risco de fraude existe em qualquer processo eleitoral, mas, no método que estamos propondo e que vem sendo testado na UFRJ, não há nenhuma evidência de fraude”, afirmou.

“Ficou decidido que no dia 13, às 17h, na Candelária, teremos um ‘esquentar’ para o dia 24”, disse, em referência à próxima data dos atos nacionais contra Bolsonaro. Os professores também manifestaram preocupação com a demissão de terceirizados do CCMN (leia mais na página 2 desta edição).

A alternativa da votação por link não é exclusividade da UFRJ, como explicou o profes-

sor João Torres, do Instituto de Física. Diversas sociedades científicas adotaram este modelo. E antes mesmo da pandemia. “Vou usar o exemplo da Sociedade Brasileira de Física, que tem sete mil sócios. Fazemos eleição online há muitos anos e nunca houve o menor problema”, disse.

Uma relação de engajamento mínimo com o sindicato é a preocupação de Cristina Miranda, docente do Colégio de Aplicação, que disse estar em dúvida sobre o melhor formato. Mas a professora ponderou que o telepresencial se aproxima mais do que seria o presencial. “Acho importante sublinhar que a pessoa se engaja naquele processo. A votação por e-mail é fria, quase burocrática. A votação telepresencial é mais parecida com ir à urna dar o seu voto”.

Para ampliar a participação dos professores no processo eleitoral, a diretoria informou que tem se esforçado para atualizar o cadastro dos filiados, nos últimos meses. O objetivo principal é conseguir o endereço eletrônico de cada sindicalizado. Em função da pandemia, a divulgação dos materiais das chapas concorrentes e do próprio link da votação, como deliberado pela assembleia, vai ocorrer pelo e-mail. Por enquanto, falta o contato de aproximadamente 300 docentes.

MOBILIZAÇÃO

Ainda durante a assembleia, o professor Markos Klemz, da Regional Rio do Andes, chamou atenção para a agenda de mobilização dos próximos dias. “Ficou decidido que no dia 13, às 17h, na Candelária, teremos um ‘esquentar’ para o dia 24”, disse, em referência à próxima data dos atos nacionais contra Bolsonaro. Os professores também manifestaram preocupação com a demissão de terceirizados do CCMN (leia mais na página 2 desta edição).

INSALUBRIDADE: SINDICATO QUER MOBILIZAR MAIS DOCENTES

Vinte e nove professores responderam ao segundo formulário eletrônico produzido pela AdUFRJ para identificar quem tem direito aos adicionais de insalubridade, periculosidade e radiação, mas não está recebendo os respectivos valores da universidade. O levantamento atual, mais detalhado que o realizado no fim do ano passado, vai ajudar o sindicato na resolu-

ção do problema junto à reitoria.

“Pretendemos implementar soluções administrativas onde for possível ou caminhar para judicialização quando não houver acordo, o que só será possível com os novos dados solicitados”, explica o professor Pedro Lagerblad, diretor da AdUFRJ.

Mas, em qualquer cenário, enfatiza o diretor, é impor-

ante que o professor esteja com um processo formal aberto para obter o benefício. Que pode ser uma solicitação nova ou um recurso, quando o pedido inicial foi rejeitado. A diretoria ainda avalia as respostas recebidas, mas os relatos reproduzem as situações já registradas em edições anteriores do Jornal da AdUFRJ. Os casos mais comuns são os de

docentes que assumem cargos de chefia ou coordenação de curso e, mesmo não se afastando das atividades de laboratório, perdem os adicionais. Ou a perda do benefício ocorre por perícias inconclusivas, uma vez que os técnicos e engenheiros de segurança do trabalho não possuem os equipamentos para realizar a medição dos agentes nocivos nos laboratórios.

Pedro não descarta uma reabertura do formulário eletrônico e busca ativa dos docentes prejudicados para ampliar o levantamento feito pelo sindicato. “No inicial, 61 pessoas se identificaram, mas só nove complementaram as informações agora”, afirma. “Por outro lado, é bom sinal que 20 novos professores apareceram nesta segunda leva”. (Kelvin Melo)



AdUFRJ
no Rádio
www.radio.ufrj.br

■ O PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO desta semana recebe os professores Eleonora Ziller e Josué Medeiros, diretores do sindicato, para debater os desdobramentos das denúncias contra o governo que surgiram na CPI da pandemia e seus possíveis efeitos na base de apoio do governo, no Congresso e na sociedade. Os docentes também fazem um balanço dos atos de 3 de julho no Rio e em São Paulo e avaliam o superpedido de impeachment do presidente Jair Bolsonaro. O programa vai ao ar toda sexta-feira, às 10h, com reprise às 15h.

ENTREVISTA | DENISE PIRES DE CARVALHO, REITORA DA UFRJ

“QUERÍAMOS UMA UFRJ DIFERENTE, MAS NÃO IMAGINÁVAMOS QUE SERIA REMOTA. NÃO ERA ISSO O QUE QUERÍAMOS”

No último dia 8, data desta entrevista, a primeira reitora da UFRJ completou exatos dois anos de mandato. No dia 8 de julho de 2019, num lotado auditório do Centro de Tecnologia, quase mil pessoas acompanharam a cerimônia de posse da professora Denise Pires de Carvalho. Eleita com o slogan “A UFRJ vai ser diferente”, a equipe da reitoria foi obrigada a fazer uma gestão completamente diferente do que imaginava.

Dos 24 meses de trabalho, 16 ocorreram em plena pandemia de covid-19. “Queríamos uma UFRJ diferente, mas não imaginávamos que ela seria remota. Não era isso o que queríamos”, afirma a professora. Confira, a seguir, o balanço que a reitora faz sobre a primeira metade de sua gestão, o que conseguiu realizar, o que prometeu, mas ainda não conseguiu cumprir e os planos para o futuro, incluindo temas polêmicos como a Ebserh.

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

● **Jornal da Adufrj – O que a reitoria prometeu e não cumpriu?**

■ **Denise Pires de Carvalho** – Estava olhando a nossa carta-programa e, de tudo o que a gente pensou em fazer, o item número um da plataforma era criar unidades psicopedagógicas em todos os Centros. Acabamos criando esses espaços virtuais. Nós queríamos uma UFRJ diferente, mas não imaginávamos que ela seria remota. Não era isso o que queríamos. Também não houve avanço na questão da infraestrutura de salas de aula. Nesses dois anos eu queria ter encaminhado projetos que fortalecessem o Fórum Ambiental. Eu queria muito caminhar para o carbono neutro e não consegui. Outra questão é o Conselho de Administração ligado à PR-4. Há muito o que modernizar na gestão de pessoas. Nosso plano de desenvolvimento de pessoas é muito tímido.

● **Quais suas maiores conquistas à frente da reitoria?**

■ A maior conquista foi a UFRJ ter um Plano de Desenvolvimento Institucional finalmente à sua altura. Em segundo lugar, termos um planejamento de futuro. Éramos a única universidade federal que não tinha um plano aprovado. Melhoramos a estrutura de trabalho da CPST. A equipe foi modificada e queremos realmente fortalecer a política de saúde do trabalhador. Fizemos o preenchimento correto do censo do Inep, que é importantíssimo porque compara as universidades de todo o país. A UFRJ vinha sendo subdimensionada. Criamos o GT Parentalidade e Equidade de Gênero. Essa semana estamos formando um novo grupo de combate às violências e defesa dos direitos humanos. Criamos resolução de combate a fraudes nas cotas, fortalecemos a comissão de heteroidentificação. Nesse momento, eu diria que estou muito satisfeita com o que fizemos até aqui, mas muito foi impedido principalmente pela pandemia.

● **Quais as maiores dificuldades e desafios agora?**

■ Temos vários, mas o principal deles é o administrativo. Academicamente, a UFRJ é um orgulho. Temos excelência em todas as áreas. Eu estou livre para pensar, projetar e encontrar pesquisadores em todas as áreas. Mas sob o ponto de vista administrativo, temos que avançar muito. Precisamos ter mais inte-



ligência para busca de dados, o Conecta é um pequeno avanço, é preciso mais.

● **Como avalia esses dois anos de gestão?**

■ Tivemos muito trabalho e muito avanço. Não tenho dúvidas de que a UFRJ avançou em muitas coisas que estavam paradas há uma década. A UFRJ é excelente, mas faltava esse olhar mais organizativo da estrutura institucional. Avançamos com o que pudemos avançar. Já está aprovada a Política de Inovação da UFRJ, aprovamos hoje a criação do Centro Multidisciplinar de Macaé, o que institucionaliza o campus e o adequa ao nosso Estatuto. Era algo que a comunidade acadêmica aguardava há 13 anos. Estamos desenvolvendo meios para facilitar buscas de fomento em agências nacionais e internacionais. Um passo para isso é o Conecta UFRJ, que em breve vamos lançar. É uma espécie de portfólio de toda a produção em cada uma das áreas.

● **Cerca de seis meses depois de tomado posse, a pandemia caiu no seu colo. Quais as lições dessa fase?**

■ O que eu aprendi é que a gente pode reunir esforços internamente para atender às demandas da sociedade de forma articulada. E isso fez com que a UFRJ despontasse como protagonista na realização dos testes moleculares, na produção de álcool e na busca por soluções de enfrentamento da pandemia. Essa é a ideia sempre: reunir especialistas que pensam e elaboram projetos e políticas dentro de suas áreas de conhe-

cimento e que impactem a sociedade.

● **Ser a primeira reitora da UFRJ foi um desafio a mais ou deu mais visibilidade às demandas da universidade?**

■ Sem dúvida, a UFRJ ter uma mulher como reitora pela primeira vez projetou a universidade. Fui muito procurada, muito entrevistada e por isso a UFRJ também foi mais vista. Pelo lado bom e pelo lado ruim, já que só agora foi eleita, tardiamente, uma mulher na universidade de mais antiga do país. Mas há também algumas barreiras. Os reitores do sexo masculino são mais respeitados de forma geral. O machismo é estrutural. Muitas vezes procuram o Fred (Carlos Frederico Leão Rocha, vice-reitor) e não a mim e isso é um ato de machismo. Eu ouvi outro dia de uma reitora que quando o assunto é muito complicado, ela manda o vice porque ele é mais respeitado. Eu não faço isso. Não deixo de encarar os desafios, não me intimido. Eu sou mulher e vão ter que me engolir, sim.

● **O que acha do recente debate iniciado na Medicina sobre a Ebserh? No contexto deste governo, que vem cortando recursos e privatizando grandes estatais, é uma boa ideia firmar parceria com uma empresa estatal?**

■ Essa movimentação é do Centro de Ciências da Saúde que aprovou por ampla maioria que a reitoria volte a discutir a possibilidade da Ebserh. Isto foi em novembro do ano passado. Até agora não foi dada sequência porque quero entender melhor como estão hoje os hospitais liga-

dos à empresa. A Ebserh é a quarta maior estatal do país, é uma empresa de capital exclusivamente público e tem uma legislação específica para contratação. Inclusive é a única que tem conseguido realizar concursos, o que demonstra sua força política. Todos os diretores das nove unidades hospitalares querem que a reitoria discuta. O Complexo Hospitalar vai elaborar um relatório sobre o assunto, que será apresentado ao Consuni e o colegiado vai discutir e deliberar. Qualquer que seja o contrato, precisa haver uma cláusula de rescisão. Inclusive, aproveito o espaço para desmentir uma fake news, de que um contrato já estaria sendo gestado. Não há contrato algum. Eu jamais assinaria algo que não passasse pelas instâncias da universidade, sem conhecimento da Procuradoria ou dos gestores dos nossos hospitais.

● **A UFRJ voltará às aulas presenciais ainda este ano ou em 2022?**

■ O primeiro semestre de 2022 começa em abril do ano que vem. Espero que em abril já possamos voltar completamente ao presencial, mas vai depender das novas variantes e dos rumos da pandemia. Não dá para prever isso.

● **O MEC entrou em contato para oferecer recursos para equipamentos de proteção individual? Quanto ofereceram? Chegaram a fechar um acordo?**

■ Sim, essa semana enviamos a proposta. São cerca de R\$ 40 milhões para EPI. O MEC pediu para encaminharmos uma proposta, nós encaminhamos uma maior, então eles pediram para reduzir para cerca de R\$ 40 milhões. Readequamos o pedido e reenviamos. Estamos aguardando a resposta, que deve acontecer na próxima semana.

● **Do ponto de vista pessoal, o que mais a orgulha e marca enquanto reitora?**

■ Pessoalmente, o que me marcou foi ter sido selecionada para diversos cargos internacionais. Entre eles, ser representante da América Latina no comitê da Talloires (Steering Committee do Talloires Network of Engaged Universities). Eu não imaginava que a UFRJ tivesse tanto peso internacional. Particpei do Fórum de Hamburgo há um mês, a convite. É uma honra participar de tantos espaços internacionais, mas também uma responsabilidade. A UFRJ estava apeguada. Projetar a universidade deve ser uma das missões da reitoria. Nós passamos, mas as instituições ficam.



SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Apujança universitária estará mais uma vez na vitrine. Vem aí o II Festival do Conhecimento, com o mote “Futuros Possíveis”. O evento acontece na

próxima semana, entre os dias 12 e 16 de julho. Como em 2020, as atividades serão totalmente on line, por conta da pandemia, e abarcarão todas as áreas do conhecimento. A AdUFRJ participará da mesa de abertura, que começa na segunda, dia 12, às 9h. Educação, enfrentamento da pandemia, cultura, diversidade, gênero e raça são temas de destaque da programação.

Os números são impressionantes. A expectativa da organização é de 30 mil participantes. Já são mais de 7 mil inscritos, 536 eventos ao vivo, entre palestras, minicursos e debates. Além disso, outras 700 atividades gravadas também poderão ser acessadas a qualquer hora, por pessoas de qualquer lugar do globo. São cerca de 1.100 horas de produção do conhecimento ao longo da semana, além de shows diários. Professores, técnicos e estudantes participam da organização do festival e das mesas de debates. Convidados especiais ajudam a abrihntar os cinco dias de intensas trocas de saberes.

Um deles é o pastor e professor Henrique Vieira. Ele é um dos convidados da mesa “O Futuro das Religiões – Espiritualidade e Liberdade”, que acontece no dia 14, a partir das 11h30. “É preciso valorizar a vida, defender a democracia e os direitos humanos, reafirmar valores como a diversidade, a liberdade e espaços como a universidade pública”, afirma.

Defensor dos direitos humanos e minorias, Vieira é uma das lideranças evangélicas brasileiras que atuam em defesa da democracia. Em um momento em que cresce o negacionismo e o

A FESTA DO CONHECIMENTO

Segunda edição do Festival do Conhecimento começa dia 12, já conta com 7 mil inscritos e oferecerá mais de mil atividades. Serão cinco dias para celebrar e mostrar o vigor da universidade pública

obscurantismo, realizar ações como o festival, segundo o pastor, é uma necessária demonstração de resistência. “É fundamental fortalecer a universidade pública, a produção de saberes, o diálogo entre diferentes setores e áreas do conhecimento”, aponta Vieira. “Há uma relação cada vez maior entre a universidade pública e a sociedade. Toda contribuição que a universidade dá, sobretudo neste momento de pandemia, reverbera na nossa sociedade, salva vidas”, defende.

Também faz parte da programação a exibição do premiado filme “A Última Floresta”, longa-metragem dirigido por Luiz Bolognesi, com roteiro do xamã yanomami Davi Kopenawa. O indígena estará no Festival, assim como o líder e escritor indígena Ailton Krenak. Professores e pesquisadores da UFRJ, como Roberto Medronho, Leda Castilho e Eduardo Viveiros de Castro se somam à lista de debatedores. Ainda estão confirmados nomes como o do ator Lázaro Ramos, da ministra do STF Cármen Lúcia, das cantoras Margareth Menezes e Teresa Cristina, entre outros.

Momento de SER UFRJ

A universidade pública não se restringe à sala de aula, mas principalmente às experiências que ela proporciona à comunidade acadêmica. Vivência ferida de morte com a pandemia, segundo a professora Eleonora Ziller, presidente da AdUFRJ, “Temos alunos chegando ao seu terceiro período de curso sem nunca terem pisado nos corredores da universidade, sem conhecerem a vida cultural, a movimentação”, pontua Eleonora, que estará em duas atividades do festival. “O que faz da universidade pública um lugar de excelência é a profusão de palestras, eventos, projetos de extensão. É um mundo cultural extraordinário a que todos nós estamos expostos todos os dias”, justifica a docente.

Os 16 meses de atividades remotas, forçadas pela covid-19, impossibilitam essas experiências cotidianas. “É uma perda muito grande. Então, o Festival do Conhecimento é uma tentativa importante de recuperar um pouco isso, de ver a grande UFRJ, de conhecer o que é a vida acadêmica de uma universidade como a nossa”, avalia Eleonora. “A parte boa das atividades remotas é que as pessoas de fora do Rio de Janeiro, inclusive de fora do país, podem acessar toda a programação e participar”.

A professora Ivana Bentes, pró-reitora de Extensão e organizadora do festival, concorda. “É fundamental reunirmos nossa comunidade acadêmica virtualmente, já que somos impedidos de fazer isso presencialmente, por conta da pandemia. É o sentido de pertencimento, a troca, o

convívio que são aspectos que mais fazem falta neste cenário da pandemia”, diz. “O Festival do Conhecimento traz essa possibilidade de a gente se ver, ainda que através das interfaces de tecnologia”.

Ela também destaca o papel de acolhimento do festival. “Estamos recebendo nossos calouros que estão colocando os pés virtualmente na nossa universidade. É um momento de a gente reafirmar que, para sair das crises, nós precisamos da comunidade acadêmica”.

Veio para ficar

Bárbara Tavela, superintendente de Integração e Articulação da PR-5, percebe diferenças entre a primeira e a segunda edição do evento. “No ano passado, o festival tinha um caráter pedagógico muito forte. Era início da pandemia e muitos estudantes e servidores da UFRJ ainda não tinham se apropriado das tecnologias. Foi um momento de aprendizado. Nesta segunda edição, percebemos que todo mundo consegue mostrar os resultados de seus projetos sem dificuldades, há muito mais canais no Youtube desses projetos e mais formas de se comunicar com a sociedade”, analisa.

A previsão é que ocorram novas edições no pós-pandemia, que não se limitarão ao formato remoto. “A gente pensa muito no formato híbrido para o futuro. Desejamos unir o Festival do Conhecimento à Semana de Integração Acadêmica, que é o maior evento acadêmico da nossa universidade. O festival seria o momento da Semana em que a gente poderia se integrar com a sociedade civil, com a cultura, com o ensino, a pesquisa e a extensão”, planeja Bárbara.

Serviço

O evento é aberto a todos os públicos e gratuito. Algumas atividades exigem inscrição prévia por conta do número limitado de vagas, como os minicursos. Para receber o certificado de participação, também é necessário se inscrever pelo site:

<https://festivaldoconhecimento.ufrj.br/>



‘Temos um governo federal que não tem políticas sociais’

LUCAS ABREU
lucas@adufjrj.org.br

O dia 8 de julho é o Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador. A data foi escolhida para homenagear a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em sua data de fundação. Em 2021, a celebração do dia ganha uma importância ainda maior, já que a Ciência e

a pesquisa no país são vítimas de constantes ataques do governo Bolsonaro. No mês passado, o cientista político e professor de Filosofia Renato Janine Ribeiro foi eleito para a presidência da SBPC. Nesta entrevista exclusiva ao **Jornal da AdUFRJ**, o professor defendeu que é preciso “o leque mais amplo de alianças que deem importância à Ciência e à Educação, mas também à Cultura, à Saúde e ao Meio Ambiente”.

O paulista Renato Janine Ribeiro é professor titular de Ética e Filosofia Política da FFLCH-USP e foi ministro da Educação no governo Dilma Rousseff (2015). Na entrevista, o presidente eleito — que toma posse no próximo dia 23 — defendeu o papel histórico da SBPC na defesa dos direitos humanos, fez um balanço da gestão da Educação do governo Bolsonaro e falou dos principais direcionamentos que deverão balizar sua gestão à frente da SBPC.

ENTREVISTA | RENATO JANINE RIBEIRO



● **Jornal da AdUFRJ — Qual é a importância de celebrar o Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador em um contexto de ataques tão fortes à Ciência?**

■ **Renato Janine Ribeiro** — Estamos em uma situação muito difícil. Há toda uma campanha contra a Ciência. Há um descaso com a Ciência por parte do próprio governo, com afirmações às vezes sem base científica nenhuma, falta de uso de máscara, as aglomerações que o presidente promove. Como pode haver alguém que seja contra a Ciência? Podem existir polêmicas e divergências dentro das ciências, mas ser contra é outra história. Por que não estamos na catástrofe de 1920? Naquela pandemia, morreram entre 50 e 100 milhões de pessoas, em um mundo que tinha 25% da população atual. Morreram de 3 a 5% das pessoas que viviam na época, 5% dos mortos de 1920 equivaleriam a 400 milhões de mortos hoje. Nós tivemos até agora 4 milhões de mortes. Um número deplorável, mas inferior ao que foi em 1920. E por que tivemos tão menos mortos? Em boa parte, graças ao avanço científico e tecnológico e à internet. Um avanço científico gigantesco, que permitiu o desenvolvimento dessas vacinas. Termos conseguido uma dúzia de vacinas, no espaço de 12 meses, é uma coisa totalmente sem precedentes. Ninguém poderia imaginar termos vacinas tão rápido para uma doença desse porte. São grandes ganhos. É fantástico. É muito espantoso haver uma resistência à Ciência.

● **Quais foram as estratégias de retórica usadas pela extrema direita para associar a Ciência à esquerda e desacreditá-la?**

■ A Ciência, 30 anos atrás, estava vinculada à bomba atômica. Foi o que ela fez de mais importante nos anos 1940 e 1950. A Ciência estava ligada à guerra. Hoje, ao falar de Ciência, se fala de meio ambiente. Mudou completamente o vínculo da Ciência, pelo menos o vínculo público. Tínhamos uma Ciência ligada ao Pentágono e às forças armadas soviéticas. O avanço da Ciência, até os anos 1980, estava estritamente ligada com o meio militar. E hoje, quando você ouve um cientista se manifestando, ou é sobre a covid-19, ou é sobre o meio ambiente. O físico Paulo Artaxo, por exemplo, que foi eleito para a vice-presidência da SBPC, fala muito sobre meio ambiente. A Ciência ficou muito vinculada com causas éticas. Se há 60 anos a Ciência estava vinculada à guerra, hoje ela está ligada à paz. Essa é uma mudança grande. A SBPC, desde praticamente a sua fundação, assumiu todas as causas éticas no Brasil. A luta contra ditadura, a luta pelo impeachment de Collor. A SBPC é uma sociedade voltada para a promoção das ciências vinculadas com causas éticas.

● **Os ataques à Ciência estão mais evidentes com a pandemia, mas as questões humanas são alvo desses ataques há mais tempo. Essa vinculação das ciências humanas aos direitos humanos facilitou esse discurso anticientista?**

■ Facilitou, claro. As ciências humanas inevitavelmente vão lidar com o fenômeno da desigualdade social. E quando você lida com a desigualdade social, você se defronta com questões da miséria, uma coisa profundamente injusta, e com a desigualdade de oportunidades. Uma sociedade capitalista é uma sociedade de desigualdade. Mas dentro do capitalismo há sociedades onde as pessoas têm mais oportunidades, podem prosperar pelo mérito e uma série de fatores, e há sociedades nas quais as pessoas sequer têm condições de descobrir suas vocações. Essas vocações são assassinadas no berço. Isso não tem como você mascarar. Qualquer trabalho de ciências humanas vai mostrar. Temos no Brasil uma situação de tal injustiça, que não tem como ser ocultada. Mesmo os cientistas sociais

mais de direita não têm como ocultar a desigualdade.

● **A sua gestão como presidente da SBPC vai trazer a desigualdade e os direitos humanos para o centro das discussões?**

■ A SBPC sempre tratou dessas questões, e elas vão continuar sendo tratadas. Isso não é novidade e não vai se modificar. Na atual gestão, do professor Ildeu [de Castro Moreira], a SBPC está sempre em diálogo com a OAB, com a CNBB, com a Associação Brasileira de Imprensa e com a Comissão Arns. Todas essas entidades têm em comum a defesa dos direitos humanos. Vamos continuar trabalhando assim, não vai ser uma novidade.

● **A Educação brasileira vive uma crise sem precedentes. O senhor foi ministro da Educação. Pode fazer um diagnóstico da crise e quais seriam as possíveis saídas para ela?**

■ Eu poderia dizer que, basicamente, temos uma crise por falta de projeto. O atual governo não tem um projeto para a Educação. Desde o governo Itamar Franco, há uma ênfase muito grande na educação básica. Essa era a principal preocupação do MEC. O que se percebe, desde os anos 1990, é que se o governo federal não entrar na educação básica, vai ser muito difícil. No governo Fernando Henrique começou o Fundef, e o governo Lula expandiu, chamando de Fundeb e ampliando de oito para 14 os anos escolares cobertos pelo fundo. Uma série de políticas que foram conduzidas desde os anos 1990, e que tiveram continuidade nos governos Lula e Dilma, e até mesmo com o Temer, embora tenha começado aí uma certa crise desse modelo. No tocante às universidades, a diferença era muito grande, porque o PSDB sempre defendeu mais o setor privado no ensino superior, e o PT o ensino público. Com a chegada do Bolsonaro estamos diante de uma falta de projeto para a Educação. Se você vê a lista de projetos apresentados por Bolsonaro depois da posse, o único vinculado à educação é o de *homeschooling*, uma causa que afeta cinco mil famílias em um universo de

40 milhões de alunos da educação básica. Quando eles assumiram, falaram o óbvio de priorizar a educação básica. Há 30 anos se diz isso. Eles não sabiam o que dizer, então pegaram o que está em todos os textos. Não à toa, quando veio a pandemia, o governo não exerceu nenhuma liderança na Educação, como não exerceu na Saúde. Temos um governo federal que não tem políticas sociais.

● **No domingo, a Capes completa 70 anos, vivendo talvez um dos seus momentos mais difíceis, sem recursos para a pesquisa. Esse quadro tem reversão?**

■ Tem, mas quanto mais tempo demora para reverter, mais caro vai ser e com efeitos irreversíveis. Quando as bolsas são cortadas, o bolsista, se tiver condições, vai tentar ir para o fora do país e continuar sua pesquisa lá. Com isso perdemos um cérebro que estamos formando desde a infância. E pode ser que ele não volte. Hoje se fala cada vez mais na perda de cérebros. Podemos perder porque o pesquisador foi embora, ou porque ele desistiu da carreira.

● **Como planeja que seja a sua gestão à frente da SPBC?**

■ São dois pontos básicos que temos que manter. Um é a luta em defesa de todo o patrimônio que o Brasil construiu. Esse é o ponto prioritário. Nesse momento temos que conseguir o leque mais amplo de alianças que deem importância à Ciência e à Educação, mas também à Cultura, à Saúde e ao Meio Ambiente. Isso é muito difícil, até porque, nesse ano e meio que falta de governo, ainda pode piorar muito a situação. Outro ponto que temos que deixar muito claro é que apesar do pessimismo da inteligência, tem que haver o otimismo da vontade, para usar a frase célebre do escritor francês Romain Rolland. Precisamos pensar que qualquer desenvolvimento vai precisar da Ciência, do Meio Ambiente e da Cultura. O Brasil conseguiu muita projeção mundial graças à sua cultura. O Brasil tem um potencial que foi inutilizado nesses últimos anos, mas que tem que ser recolocado com vigor. E a SBPC é importante nesse projeto.

DIA NACIONAL DA CIÊNCIA EM DEBATE

A SBPC celebrou o Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador em um painel virtual com o tema “Os desafios atuais da Ciência no Brasil”. Participaram do painel representantes de diversas entidades da sociedade civil — como Academia Brasileira de Ciências, Andifes, Fórum das Centrais Sindicais, Associação Brasileira de Imprensa, Comissão Arns e CNBB — e mais de 20 deputados e senadores.

Em uma das suas últimas apresen-

tações como presidente da SBPC, o professor Ildeu de Castro Moreira fez um balanço dos principais desafios para os pesquisadores e defensores da Educação e da Ciência no Brasil. “Não faltam desafios. Estamos vivendo um quadro de desmonte orquestrado em várias áreas do Brasil. E por trás desses interesses, ideologias e negacionismos que nos assolam há interesses econômicos fortes e poderosos, que caminham no sentido contrário ao que pretendemos, que é a redução das desi-

gualdades no país”, disse. Ildeu começou o evento apresentando o presidente eleito da SBPC, Renato Janine Ribeiro, que assume o cargo dia 23 de julho.

A professora da UFRJ Ligia Bahia foi uma das participantes do evento, e começou a sua fala celebrando o importante papel das Ciências da Saúde no combate à pandemia. “As Ciências da Saúde tiveram muito o que dizer nesse momento de pandemia. A ampliação do espaço da Saúde no âmbito da Ciência e da Tecno-

logia foi conquistado em função da valorização da vida”, disse Ligia, que alertou que o movimento no Brasil tem sido no sentido contrário, onde a vida tem sido desvalorizada. Diretora regional da SBPC, a professora defendeu o papel da entidade na liderança em defesa da vida. “Nesse momento é importantíssimo que a gente permita que a SBPC continue atuando na sua inserção e liderança no pacto pela vida”.

ENERGIA PARA O SEMIÁRIDO



> Tese de doutorado defendida na Coppe mostra que usinas fotovoltaicas flutuantes podem gerar energia e reduzir evaporação de água nos açudes da região castigada pela seca

KIM QUEIROZ
comunika@adufjrj.org.br

Uma tecnologia ainda pouco conhecida pode auxiliar o Brasil a evitar novas crises hídricas e energéticas: as usinas fotovoltaicas flutuantes. Ao serem instaladas sobre a superfície de reservatórios d’água, as placas de energia solar podem servir como fonte geradora de eletricidade e também reduzir o nível de evaporação da água. Esse foi o objeto de estudo da pesquisadora Mariana Padilha, em sua tese de doutorado defendida no Programa de Planejamento Energético (PPE) da Coppe/UFRJ, que avaliou a viabilidade de aplicação dessa alternativa em açudes do semiárido brasileiro. “Como essa é uma região que tem um alto índice de evaporação, devido à intensidade de irradiação solar, imaginei que seria perfeito instalar essas usinas lá”, comenta Mariana.

QUALIDADE DE VIDA

A pesquisadora lembra que a água perdida por evaporação é um elemento fundamental para as cidades. “Se a gente reduzir a vulnerabilidade hídrica dessas regiões, a gente também proporciona um aumento da qualidade de vida. Isso pode aumentar a possibilidade de geração de renda, porque a água também é fonte de desenvolvimento econômico”, destaca. Segundo ela, a energia gerada pelo sistema pode ser usada para vários fins, como bombeamento de água para sistemas de irrigação, ou a alimentação de sistemas de dessalinização dos açudes, no caso de vista energético e econômico. Com a crescente redução do nível de água nos açudes ao

longo dos anos, especialmente no Nordeste, as usinas solares flutuantes surgem como uma opção capaz de aumentar a duração do volume de água nesses reservatórios. “Isso poderia evitar situações de emergência, onde caminhões pipa muitas vezes se fazem necessários para levar água de muito longe para abastecer essas cidades”, aponta Mariana. O estudo evidencia que a instalação dessas usinas sobre os açudes pode preservar, anualmente, até 124,3 Mm³ (milhões de metros cúbicos) de água.

O projeto, que partiu do estudo de caso da bacia Apodi-Mossoró (RN), teve como objetivo descobrir as vantagens proporcionadas pelas Usinas Fotovoltaicas Flutuantes (UFVFs), através de análises do ponto de vista energético e econômico. Com a crescente redução do nível de água nos açudes ao

própria cidade, gerar renda para a prefeitura e assim estimular a economia local”, completa.

Para a pesquisa, foram estimados três cenários com relação ao índice de cobertura dos açudes. O primeiro cenário avaliou o cobrimento da área de volume morto dos açudes, que é a porção de água inativa, abaixo da captação por gravidade. “Quando o açude se encontra no volume morto é o momento em que se faz necessário um bombeamento especial para retirar água desse açude”, descreve Mariana. O segundo e o terceiro corresponderam a 50% e 70% de cobrimento da área total dos açudes, respectivamente. “Ao final, avaliamos em cada um desses cenários quantas casas poderiam ser abastecidas energeticamente e quantos anos de resiliência o açude teria, a partir da evaporação evitada, sem precisar ter gastos com caminhão pipa, por exemplo”.

O estudo mostra que o potencial energético das UFVFs na bacia Apodi-Mossoró poderia suprir 1.330.409 residências no cenário 1; 5.008.772 residências no cenário 2; e 7.016.959 residências no cenário 3, considerando a média de consumo residencial do Rio Grande do Norte, de 142,5 kWh/mês (segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética, a EPE). Já a



“Acredito que haveria um ótimo retorno financeiro para as prefeituras, até mesmo em parcerias público-privadas”

MARIANA PADILHA
Doutoranda da Coppe/UFRJ

preservação de água dos açudes, anualmente, seria de 20,6 Mm³ no cenário 1; 83,3 Mm³ no cenário 2; e 124,3 Mm³ no cenário 3.

“Quando se considera o investimento nas usinas solares flutuantes apenas pela redução da evaporação de água, elas não são viáveis economicamente. Mas, se a comparação for feita pela questão energética e hídrica, o tempo de retorno do investimento é bem reduzido”, destaca

Mariana. A tese aponta que, nestes casos, o tempo de retorno do investimento varia de três a nove anos, a depender das alternativas com as quais se compararam os gastos (caminhões pipa, construção de poços etc.), e de fatores econômicos locais. “Meu maior desejo é ver o projeto implantado. Acredito que haveria um ótimo retorno financeiro para as prefeituras, até mesmo em parcerias público-privadas”, afirma a pesquisadora.

Intitulada “Usinas fotovoltaicas flutuantes como alternativa para a geração de energia e redução da evaporação em açudes do semiárido brasileiro”, a tese de Mariana foi defendida este ano, sob a orientação dos professores Marcos Aurélio Freitas e David Castelo Branco, ambos do PPE. Marcos ressalta que, apesar do investimento alto para instalação, as UFVFs podem ser até 5% mais eficientes na geração de energia do que as Usinas Fotovoltaicas sobre o Solo (UFVSS), devido ao resfriamento dos módulos pela proximidade com a água. “O trabalho da Mariana é um trabalho pioneiro, mas que está mais na linha da revisão. No Japão isso já é comum. A nossa vantagem é que o Nordeste tem milhares de açudes, então há muito espaço para implementação dessas usinas”, enfatiza o professor.

RISCO DE APAGÃO RONDA O PAÍS

As usinas solares flutuantes poderão auxiliar no combate à escassez hídrica, que impõe uma necessidade cada vez maior de uso das energias renováveis. O apagão no Amapá em 2020 evidenciou isso, e exemplifica um problema que a crise elétrica pode voltar a provocar nos próximos meses. Segundo o professor Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia e do Conselho de Curadores da UFRJ, a crise elétrica que nós estamos vivendo hoje é fruto

de decisões que vêm sendo tomadas há algum tempo, mas que se agravaram com a diminuição de chuvas no verão deste ano. “Todo o nosso suprimento elétrico está muito assentado sobre as hidrelétricas e os reservatórios. Eles encham no verão, que é o período de chuvas, e são esgotados nos períodos mais secos, como o inverno”, explica.

Adilson, que foi consultor do Ministério de Minas e Energia do governo FHC durante a crise elé-

trica de 2000-2001, entende que os reservatórios de água poderiam ter sido menos utilizados no verão. Entretanto, o governo apostou que iria chover mais na frente, o que acabou não acontecendo. “Há algum tempo deveriam ter sido acionadas mais termelétricas, para manter os reservatórios com níveis mais elevados nos períodos de seca”, acrescenta. O especialista ressalta que a situação poderá estar bem crítica em novembro. Ainda que não chegue

ao ponto de um apagão em todo o país, a dificuldade no suprimento de água deve gerar problemas localizados na geração de energia elétrica. “Isso ainda pode se agravar caso as chuvas do ano que vem também não sejam intensas como o setor elétrico gostaria. E é justamente isso que apontam os estudos do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)”.

Diante desse panorama, 2022 não anuncia grandes melhoras na qualidade de vida dos brasileiros. “Se houver crise elétrica na região Sudeste, onde se concentram muitas atividades sociais e econômicas brasileiras, o setor comer-

cial e industrial irão sofrer muito”, diz Adilson. Apesar dos possíveis impactos ambientais, ele afirma que não há outra alternativa capaz de resolver o problema a curto prazo a não ser utilizar as centrais de energia térmica já instaladas no país, coisa que o governo já está fazendo. Porém, ele vê com bons olhos o desenvolvimento de alternativas como as UFVFs. “O governo deveria tomar medidas imediatas para incentivar oportunidades como essa da tese da Mariana, investindo na instalação de mais fontes de energia solar e eólica no sistema brasileiro”, finaliza.



CRESCCE A **FORÇA** DAS RUAS

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

Não tem mais volta. Os protestos de rua que tomaram o país em 3 de julho mostraram que os verdadeiros brasileiros de bem estão dispostos a gritar “Fora, Bolsonaro” até que o pior presidente da história do Brasil saia do poder, seja por um processo de impeachment, seja pelo voto, nas eleições do ano que vem. Os atos vêm ganhando força mês a mês, e não só nas grandes capitais, mas também em cidades de médio e pequeno portes de todas as regiões. E o próximo encontro nas ruas em defesa da democracia, da vida e da ética já está marcado: 24 de julho.

“É um movimento crescente, assim como nossa indignação. E há um componente muito interessante. Os atos de 29 de maio e 19 de junho, como não poderia deixar de ser, tinham um tom de tristeza pelas mortes da covid-19. E esse ato de 3 de julho mostrou que essa tristeza continua, mas ela já vem acompanhada por uma afirmação mais visível de esperança, de luta, de acreditar que é possível mudar o país, sobretudo pela força da juventude, com seus batuques, sua criatividade. Isso é muito importante”, avalia a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. Ao lado de outros diretores e de associados da AdUFRJ, Eleonora marcou presença no ato do Rio, cujas fotos ilustram essa página, e que mais uma vez partiu do simbólico Monumento a Zumbi dos Palmares, no Centro.

Presente ao ato da Avenida Paulista,

na capital paulistana, o cientista político Josué Medeiros, diretor da AdUFRJ, observa que as ruas têm papel fundamental na derrubada do governo Bolsonaro, responsável por ações e omissões no combate à pandemia de covid-19 que já levaram a vida de mais de 530 mil pessoas. Mas enxerga outros indícios de enfraquecimento do presidente. “Acho que a indignação vem crescendo e isso pode ser comprovado de diversas formas. Pelas pesquisas de opinião mostrando a reprovação do governo Bolsonaro, que bate recorde atrás de recorde. Por setores do Congresso que começam a aderir ao impeachment, como o Partido Novo, recentemente. E pelo termômetro das ruas, que é um indicativo importante”, diz Josué.

Além da CPI do Senado, que vem recolhendo indícios de corrupção do governo

no enfrentamento à pandemia, as duas mais recentes pesquisas de opinião, ambas do Instituto Datafolha e divulgadas esta semana, mostram a desidratação da imagem presidencial. Na quinta-feira (8), a primeira delas revelou que a reprovação ao governo chegou a 51%, a pior marca registrada desde o início do mandato, em janeiro de 2019. Na pesquisa anterior, de maio, esse índice era de 45%.

Já nesta sexta-feira (9), o Datafolha divulgou mais uma pesquisa de intenção de voto para presidente em 2022. Nela, Lula (PT) ampliou sua vantagem sobre Bolsonaro. Na simulação de primeiro turno, Lula fica à frente de Bolsonaro por 46% a 25%, na pesquisa estimulada, e por 26% a 19%, na espontânea. No segundo turno, Lula bateria Bolsonaro por 58% contra 31%. Na pesquisa anterior, tinha 55% contra 32%.

FOTOS FERNANDO SOUZA



AdUFRJ

JORNAL DA AdUFRJ / REDAÇÃO - COORDENAÇÃO: ANA BEATRIZ MAGNO CHEFIA DE REPORTAGEM: KELVIN MELO EDIÇÃO: ALEXANDRE MEDEIROS, KELVIN MELO E SILVANA SÁ
REPORTAGEM: ELISA MONTEIRO, KELVIN MELO, LUCAS ABREU E SILVANA SÁ ESTÁGIARIOS: KIM QUEIROZ E LIZ MOTA ALMEIDA DESIGN: ANDRÉ HIPPERTT TI: MARCELO BRASIL